

PNLD, ALFABETIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOCENTE: REGULAÇÃO CURRICULAR E DISPUTAS EPISTEMOLÓGICAS

Heloisa Josiele Santos Carreiro¹; Mariana Souza Lima²; Débora Sousa dos Santos³; Karolyne Cardoso da Fonseca Bispo dos Santos⁴; Karynne dos Santos Nascimento⁵

¹Professora-doutora em Educação da FFP-UERJ/ helo.carreiro.uerj.ffp@gmail.com

²Graduanda de Pedagogia na Faculdade de Formação de Professores (FFP-UERJ) / Rio de Janeiro - São Gonçalo, Brasil/ marisolima17@gmail.com

³Estudante de pedagogia da Faculdade de Formação de Professores (FFP-UERJ) / Rio de Janeiro-São Gonçalo, Brasil/ desousa2325@gmail.com

⁴Graduada de pedagogia da Faculdade de Formação de Professores (FFP-UERJ) / Rio de Janeiro-São Gonçalo, Brasil/ karolfons3ca@gmail.com

⁵Graduanda de Pedagogia na Faculdade de Formação de Professores (FFP-UERJ) / Rio de Janeiro - São Gonçalo, Brasil/ santoskarynne31@gmail.com

Introdução

A alfabetização constitui, no Brasil, um campo historicamente tensionado por disputas metodológicas que, sob a promessa de cientificidade e eficiência, tendem a deslocar o debate sobre fracasso escolar para a esfera técnica. Conforme demonstram os estudos de Mortatti (2000, 2019), a centralidade atribuída aos métodos não é neutra, mas integra projetos mais amplos de modernização educacional, nos quais determinadas concepções de infância, linguagem e conhecimento são legitimadas em detrimento de outras. Nesse movimento, a pergunta sobre como alfabetizar, frequentemente, obscurece questões estruturais relativas às condições de escolarização, às desigualdades sociais e à formação docente.

No estudo em tela ponderamos que nas últimas décadas, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) consolidou-se como um dos principais mediadores entre produção científica e práticas escolares. Ao definir critérios de avaliação, selecionar obras e organizar a distribuição de materiais em escala nacional, o programa atua como dispositivo de regulação curricular. Pesquisas de Albuquerque e Ferreira (2019) evidenciam que alterações nos editais do PNLD produzem impactos diretos nas concepções de alfabetização presentes nos livros aprovados e nos modos como esses materiais orientam o trabalho docente.

Nesse contexto, torna-se necessário estudar a alfabetização para além da oposição entre métodos, compreendendo-a como campo em que ciência, política pública e formação docente se articulam. Este estudo tem como objetivo refletir de que modo o PNLD opera como dispositivo de regulação curricular e mediação entre saberes acadêmicos e práticas alfabetizadoras, incidindo sobre a formação de professores e sobre as concepções de infância e linguagem que se institucionalizam na escola pública brasileira.

Metodologia

O estudo caracteriza-se como pesquisa bibliográfica de natureza analítica e interpretativa. Conforme conceitua Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já

elaborado, especialmente livros e artigos científicos, constituindo etapa fundamental para a compreensão crítica de determinado problema e para a construção de interpretações fundamentadas teoricamente. Longe de configurar simples levantamento descritivo de autores, a pesquisa bibliográfica implica análise, confronto de perspectivas e produção de sínteses que permitem situar o objeto em um campo de disputas conceituais.

Nesse sentido, parte-se da perspectiva histórica delineada por Mortatti (2000, 2019), que analisa a constituição do debate metodológico no Brasil como espaço de legitimação científica e de regulação pedagógica. A partir desse referencial, a alfabetização é compreendida como campo de disputas epistemológicas e políticas, no qual diferentes concepções de infância, linguagem e conhecimento são institucionalizadas por meio de políticas públicas. Tal abordagem possibilita situar o PNLD não como política isolada, mas como desdobramento institucional dessas disputas históricas em torno da definição do que se considera alfabetizar e formar professores.

A análise dialoga ainda com as contribuições de Frade (2005), que problematiza a redução da alfabetização à escolha de métodos e evidencia a influência de materiais didáticos e políticas públicas na conformação das práticas docentes. A perspectiva da pedagogia crítica de Freire (1987) fundamenta a compreensão da alfabetização como ato político, indissociável da leitura de mundo, tensionando concepções tecnicistas de ensino. Complementarmente, mobilizam-se as contribuições de Smolka (1988), que concebe a linguagem como prática social e a aprendizagem como processo discursivo mediado historicamente. Essas dimensões teóricas nos possibilitam ampliar as interpretações das implicações curriculares e formativas do PNLD.

Por fim, incorporam-se estudos sobre política curricular e regulação do trabalho docente, especialmente aqueles que discutem a centralidade do material didático na organização do currículo e os processos de desintelectualização do professor, como argumenta Apple (2006). Compreendemos que o diálogo entre esses referenciais sustenta a análise interpretativa do PNLD como dispositivo que transforma concepções teóricas em critérios avaliativos, critérios em materiais e materiais em práticas pedagógicas.

Resultado e discussão

A historicização do debate metodológico demonstra que a recorrente busca por métodos considerados cientificamente superiores, produz um efeito de simplificação do problema da alfabetização. Mortatti (2019) argumenta que cada ciclo de renovação metodológica funda novas tradições pedagógicas, frequentemente tão prescritivas quanto aquelas que pretendia superar. Essa lógica desloca a discussão das condições estruturais da escola pública e reforça a ideia de que o êxito da alfabetização depende prioritariamente da técnica adotada.

Quando se observa o papel do PNLD nesse cenário, evidencia-se que o programa opera como mediador central entre ciência e prática escolar. Ao estabelecer critérios alinhados a determinadas orientações curriculares e políticas educacionais, o PNLD organiza o repertório de propostas pedagógicas disponíveis aos professores. Albuquerque e Ferreira (2019) demonstram que mudanças nos editais repercutem diretamente nas características das obras aprovadas, influenciando sequências didáticas, concepções de linguagem e expectativas de aprendizagem.

Essa mediação institucional não ocorre de modo neutro. A centralidade atribuída a determinadas habilidades ou componentes específicos da alfabetização pode induzir práticas fragmentadas,

ensionando abordagens que compreendem a linguagem como prática social, conforme defendem Smolka (1988) e Andrade (2017). Ao traduzir teorias complexas em sequências padronizadas, muitos materiais convertem debates epistemológicos em procedimentos operacionais, reduzindo a densidade crítica da produção acadêmica.

A ausência de políticas consistentes de formação docente articuladas ao uso dos materiais amplia esse tensionamento. O trabalho de Frade (2005) destaca que as práticas alfabetizadoras são atravessadas por condições institucionais e curriculares que ultrapassam a escolha individual do professor. Quando a política pública enfatiza a distribuição de materiais sem garantir espaços estruturados de reflexão teórica e diálogo com a universidade, fortalece-se a tendência à responsabilização individual do docente pelo desempenho dos educandos.

Os estudos de Apple (2006) revelam que as políticas baseadas na padronização curricular e na centralidade de materiais previamente validados contribuem para a desintelectualização do trabalho docente. No caso do PNLD, o livro didático assume função organizadora do currículo efetivamente realizado, delimitando horizontes de ação pedagógica. Ainda que o professor exerça usos criativos do material, o repertório disponível já foi previamente definido por instâncias externas à escola.

Observa-se, portanto, como resultado da investigação, que o PNLD atua como dispositivo de regulação curricular que institucionaliza determinadas concepções de alfabetização e, ao fazê-lo, incide sobre a formação docente. A mediação entre pesquisa acadêmica e prática escolar ocorre por meio de filtros institucionais que podem esvaziar a complexidade teórica do campo. O impasse da alfabetização, nesse sentido, não decorre da ausência de conhecimento científico, mas da forma como esse conhecimento é traduzido, selecionado e operacionalizado no interior das políticas públicas.

Conclusões

O estudo bibliográfico desenvolvido permite afirmar que a alfabetização no Brasil permanece atravessada por tensões históricas que não se resolvem pela adoção de métodos considerados mais eficazes, nem pela simples ampliação do acesso a materiais didáticos. O PNLD consolida-se como importante política de garantia de recursos, mas também como dispositivo de regulação curricular que transforma disputas epistemológicas em critérios institucionais e práticas padronizadas. Quando dissociado de políticas estruturadas de formação docente, o programa tende a limitar a autonomia pedagógica e a reduzir o espaço de produção autoral do professor.

Enfrentar os impasses históricos da alfabetização exige reconhecer que a formação docente constitui eixo estruturante das políticas públicas e que o professor deve ser compreendido como sujeito epistêmico na mediação entre ciência e prática escolar. Mais do que definir métodos ou materiais, trata-se de construir condições institucionais que permitam a articulação crítica entre produção acadêmica, currículo e cotidiano da escola pública, afirmando a alfabetização como direito cultural e prática formativa comprometida com a justiça social.

Palavras-chaves: Currículo escolar; Disputas epistemológicas; Material didático; Políticas públicas educacionais; Trabalho docente.

Referência Bibliográfica:

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; FERREIRA, Ana Cláudia. **Programa Nacional do Livro Didático (PNLD):** mudanças nos livros de alfabetização e os usos que os professores fazem desse recurso em sala de aula. *Educação em Revista*, v. 35, 2019.

ANDRADE, Ludmila Thomé de. **Alfabetizações numa perspectiva discursiva:** só o plural pode ser singular. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 12, n. 25, p. 521-534, set./dez. 2017. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/15be/51805a5e5f0c69989d8244fa490a1057a428.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2026

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Alfabetização:** métodos e didáticas. Belo Horizonte: Ceale/UFGM, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Alfabetização no Brasil:** conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, 2019.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização:** São Paulo, 1876-1994. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2000.



REALIZAÇÃO:



UECE



AINPGP